

## Carta de Compromisso aos Candidato(as) à Prefeitura de Porto Alegre

---

O **COLETIVO A CIDADE QUE QUEREMOS**, criado por organizações e movimentos sociais de Porto Alegre em 2015, é um espaço público de articulação e debate da cidadania sobre o presente e o futuro de nossa cidade. De caráter plural, nosso coletivo adota a diversidade de demandas, de proposições e das formas de ação coletiva relativas às políticas públicas e a ocupação e uso do espaço urbano, sempre orientados pelos princípios que historicamente constituíram a luta nacional pela reforma urbana, pela gestão democrática das cidades e pelo respeito ao ambiente natural, preceitos esses consagradas na Constituição de 1988 e posteriores regulamentações, como é o caso do Estatuto da Cidade, lei que deve ser seguida pelos municípios do país.

Porto Alegre carregará para sempre o legado de conquistas históricas de uma cidadania que se mobilizou em vários momentos por demandas construídas em parceria com o poder público ou mesmo contrariando a sua vontade, bem como a de poderosos grupos econômicos e políticos. Dentre essas conquistas se encontram diversos processos participativos e experiências democráticas, tais como a participação da elaboração da Lei Orgânica Municipal, a criação dos Conselhos Municipais e de Direitos, as Conferências, os Congressos da Cidade, o Orçamento Participativo, o Fórum Social Mundial e outros. Todos esses espaços de participação, em especial após 1988, tornaram Porto Alegre conhecida no mundo como a capital da democracia participativa, algo raro na rede mundial das cidades. Estes espaços institucionais, associados às lutas de movimentos sociais, permitiram que parcela da população fosse protagonista da produção da cidade, exercendo seus direitos de cidadania.

Diante do atual contexto de enfraquecimento do poder de influência popular nos espaços participativos – a exemplo do Orçamento Participativo e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, entre outros - e do crescente processo de distorções

---

---

que assola a gestão pública municipal em favor de poderosos grupos imobiliários e corporativos, o Coletivo A Cidade Que Queremos realizou a 1ª Conferência Popular da Cidade de Porto Alegre (06 de agosto de 2016). A Conferência foi precedida por Pré-Conferências em cinco regiões da cidade e reuniu mais de uma centena de organizações, movimentos e lideranças sociais da cidade, de caráter heterogêneo e plural. Após amplo debate a Conferência aprovou uma pauta que orienta nossa ação como projeto alternativo para a cidade que queremos.

Nesse sentido, as organizações sociais, os cidadãos e cidadãs reunidos na 1ª Conferência Popular da Cidade vêm solicitar que o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, assinatura: \_\_\_\_\_, em 14 de setembro de 2016, manifeste sua adesão aos compromissos elaborados pelo Coletivo A Cidade Que Queremos, com base na 1ª Conferência Popular da Cidade de Porto Alegre, que seguem abaixo:

### **GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE**

A Administração Municipal assumirá o compromisso real de co-gestão dos espaços institucionais de participação, como o Orçamento Participativo, os Conselhos Setoriais de Políticas Públicas ou de Direitos, e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, além dos demais espaços. Isso significa comprometimento com a revalorização do papel desses espaços no processo decisório da gestão pública municipal e com A PARTICIPAÇÃO COMO ELEMENTO CENTRAL NO MODO DE GOVERNAR, conforme prevê o princípio da Gestão Democrática da Cidade, do Estatuto Da Cidade, e a Lei Orgânica de Porto Alegre. Nesse sentido, propomos:

#### **Quanto ao Orçamento Participativo**

Ampla rediscussão para retomar os princípios abandonados e distorcidos pelo OP e aperfeiçoar o modelo original, em especial visando maior poder decisório, transparência,

---

---

prestação de contas do Executivo e dos representantes (conselheiros e delegados), e a busca da qualidade da participação. Trata-se de dar um salto de qualidade nesse que é o principal meio de participação construído na cidade. Para tal, são necessárias as seguintes medidas:

- Poder real de decisão sobre o conjunto da peça orçamentária;
- retomada dos critérios redistributivos para a alocação dos recursos a fim de cumprir com a inversão de prioridades e combater práticas de favorecimento e clientelismo existentes;
- fim da reeleição permanente dos conselheiros e incentivo à renovação das lideranças;
- discutir novas metodologias com base em experiências internacionais para superar o caráter meramente quantitativo do OP, objetivando atingir qualidade da participação;
- discussão real das grandes obras e projetos para a cidade e sua conexão com o planejamento urbano envolvendo os projetos do Conselho Municipal do Desenvolvimento Urbano e Ambiental;
- ampla capacitação dos participantes visando diminuir assimetrias e desigualdades (a capacitação, além de responsabilidade da Administração Municipal, deve buscar parcerias com organizações e universidades, a fim de garantir uma formação autônoma dos conteúdos);
- ações no sentido de impedir os “inchaços” nas assembleias (estabelecer formas de controle dos participantes como uso do título de eleitor e/ou comprovante de residência);

- 
- proibição do uso de veículos fornecidos por vereadores ou agentes políticos e discussão no COP sobre a necessidade prioritária do uso de veículos coletivos públicos e/ou financiamento para permitir condições igualitárias de participação;
  - aprofundar a discussão sobre os convênios com organizações sociais e seus efeitos na ação destas;
  - adoção de formas de ampliação da participação, como o uso da internet, sem prejuízo à participação presencial;
  - adoção de formas digitais acessíveis para o efetivo controle social tanto das obras e projetos decididos pelo OP como da execução orçamentária em geral;
  - adoção do orçamento participativo da juventude e das crianças, a exemplo de outras cidades.

Em conjunto com essas medidas propõe-se ampla discussão democrática para efetuar um balanço crítico do OP e projetar sua necessária renovação.

**Sobre o CMDUA:** o conselho tem importância capital no ordenamento das formas de ocupação e uso do espaço urbano. Entende-se que requer democratização, controle social, transparência para a sociedade e ampla informação pública. Por isso propõe-se:

- divulgação obrigatória da pauta das reuniões pela internet com uma semana de antecedência;
  - garantia de eleições limpas, democráticas e autônomas dos conselheiros, com impedimento das práticas clientelistas e aparelhistas por parte de agentes públicos, vereadores e do capital imobiliário, como tem acontecido nos últimos anos;
  - ampla divulgação a posteriori das decisões no site do CMDUA;
  - resgatar e rediscutir os projetos apresentados ao CMDUA pelos representantes de Regiões de Planejamento Urbano nos últimos anos;
  - estabelecer processo de discussão sobre o Conselho das Cidades;
-

- 
- organizar e assegurar acesso público à lista de todos os projetos especiais aprovados com possibilidade de acompanhamento das contrapartidas envolvidas.

**Sobre o COMATHAB:** O conselho é uma conquista histórica das lutas pela moradia e pela regularização fundiária na cidade. Atualmente se encontra marginalizado e sem poder de decisão. Propomos:

- total reconhecimento e empoderamento do conselho pelo DEMHAB e pelos demais órgãos governamentais;
- cumprimento das funções que cabem ao conselho na elaboração e execução da política de habitação popular em Porto Alegre conforme ampla previsão legal;
- **discussão da imprescindível articulação entre o COMATHAB, o OP e o CMDUA.**

Sobre as demais instâncias de participação: Porto Alegre vem construindo ao longo de quase três décadas uma “rede” de canais participativos, em especial com a proliferação de Conselhos Setoriais e de Direitos. A efetividade, o poder de decisão e a qualidade desses espaços nas políticas públicas requerem ampla reavaliação. Persiste, entre outros limites, desarticulação e fragmentação entre os espaços, com consequências negativas para a democracia participativa na cidade. O Fórum dos Conselhos, embora importante, demonstra ineficácia nesse sentido. Propõe-se a construção de uma efetiva rede das instâncias, a partir de uma perspectiva sistêmica da participação na cidade. Ou seja, a construção de um sistema de participação popular – sem amarras à autonomia e especificidade de cada instância – capaz de promover a articulação, a transversalidade e a instersetorialidade da participação na elaboração e execução das políticas públicas. Na prática, entre outras medidas, isso significa discussão coletiva de projetos, demandas e políticas públicas entre os conselhos, a partir de uma perspectiva de integração e de transversalidade. Esse objetivo requer, necessariamente, reformas na gestão administrativa e enfrentamento da *feudalização* das secretarias e órgãos municipais.

---

## QUESTÃO DA MORADIA - REMOÇÕES

A concentração de obras, a distribuição desigual de investimentos no território e a incapacidade do poder público de implementar políticas habitacionais para a população atingida por obras públicas, faz com que o ônus recaia violentamente sobre a população mais pobre da cidade.

Soma-se a isto a definição das Áreas Especiais de Interesse Social do Programa Minha Casa Minha Vida para produção habitacional localizadas em sua imensa maioria na periferia do território do município, em alguns casos sobre áreas ambientalmente sensíveis como foi o caso das AEIS do Programa Minha Casa Minha Vida cujo projeto acabou na justiça. No entanto, tão grave quanto gravar AEIS em locais distantes é desapropriar em locais centrais, capitalizar politicamente e não construir, como está acontecendo na região da obra de duplicação da Av. Tronco que já expulsou centenas de famílias e não construiu nenhuma casa nos locais definidos para tal. Gravar AEIS em locais onde a terra é mais barata é consequência direta da falta de aplicação de instrumentos do Estatuto da Cidade que poderiam regular o preço da terra, evitar a busca por terras distantes dos locais de trabalho e evitar a fragmentação social.

Não bastasse esta situação, o poder público municipal tem demonstrado incapacidade para implementar a política habitacional e respectivos programas através da produção habitacional ou reformas de imóveis para Habitação de Interesse Social. Isto tem levado a utilizar fartamente medidas emergenciais como aluguel social (provisório) e optado por caminhos mais fáceis como o uso do bônus moradia. Se o próprio município não consegue adquirir terra bem localizada para produção de moradias, os moradores também não conseguem comprar imóveis regularizados com o valor do bônus, obrigando-os a buscar alternativas em locais distantes e em muitos casos fora do município de Porto Alegre.

---

O eixo compreendido entre o Parque Linear do Pisa e a Arena do Grêmio, com respectivas adjacências, se converteu no período da última gestão na área prioritária de planejamento<sup>1</sup>. Esta região da cidade concentrou o maior volume de investimentos, levando em conta basicamente projetos de saneamento (PISA), obras de mobilidade urbana e revitalização da Orla do Guaíba. Ao mesmo tempo que os valores dos recursos envolvidos nas obras são altos, o número de remoções de moradores que viviam nesta região seguiram na mesma direção.

Este cenário está levando Porto Alegre para um colapso em relação a moradia. As recentes ocupações na cidade são indicadores de que a política habitacional do município de Porto Alegre vai muito mal. O município demonstra claramente a incapacidade para regularizar e urbanizar o que já existe e, menos ainda, produzir novas moradias, mesmo com a farta disponibilidade de recursos oriundos de programas do governo federal nos últimos anos.

Neste sentido, o coletivo defende:

- A revisão imediata de todos os programas e respectivos instrumentos ligados à política habitacional em curso no DEMHAB;
- a suspensão de todas as obras que envolvam remoções até que se assine a autorização para início de obras das moradias para reassentamentos;
- disponibilização imediata de imóveis públicos vazios para moradia nas áreas centrais da cidade;
- urbanização e regularização de serviços em todas as Áreas Especiais de Interesse Social ocupadas;
- retomada imediata da discussão sobre o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;
- atualização urgente da Planta Genérica de Valores;

---

<sup>1</sup> <http://geo.dieese.org.br/poa/variaveis.php#mapa>

---

- 
- a implementação do IPTU progressivo no tempo para vazios urbanos, controlando assim a especulação imobiliária e regulando o preço da terra;
  - discussão com a sociedade sobre o destino das áreas e demais imóveis de propriedade do município;
  - com o objetivo de combater o déficit habitacional, o município deve obrigar empreendedores a destinar unidades habitacionais correspondentes à HIS em todos os novos empreendimentos imobiliários;
  - que as contrapartidas condicionadas à aprovação de Projetos Especiais aconteçam sob a forma de regularização e urbanização de áreas carentes sem realizar remoções;
  - a manutenção de banco de dados público com informações sobre a situação dos vazios urbanos;
  - inclusão da População em Situação de Rua ao grupo prioritário para atendimento relacionado à moradia;
  - destinar imóveis vazios (públicos e privados) para Habitação de Interesse Social à População em Situação de rua;
  - transparência em relação aos valores oriundos das taxas de licenciamento de construção e solo criado para o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;
  - melhorar as condições de urbanização de todas as comunidades da região do 4º Distrito. No caso de moradias atingidas por obras públicas no eixo Rodoviária - Arena do Grêmio, os reassentamentos devem ocorrer próximo aos locais de origem dos moradores;
  - auditoria no Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB.

---

## MEIO AMBIENTE

**Sobre alimentação e abastecimento alimentar urbano:** O avanço das doenças relacionadas à qualidade dos alimentos, notadamente aquelas decorrentes da presença de agrotóxicos também se incluem entre as preocupações do Coletivo. Entendemos que a prefeitura tem responsabilidade sobre isto e pode realizar atividades consequentes, de enorme repercussão positiva e a baixo custo, com a participação da comunidade organizada. Destacamos especialmente programas de produção e distribuição/apoio a comercialização de alimentos limpos, produtos orgânicos de base agroecológica. Para tanto, reivindicamos:

- Um programa municipal de agroecologia e produção orgânica, a exemplo de iniciativas aprovadas em âmbito nacional (PLANAPO) e estadual (PLEAPO);
- a ampliação de pontos de comercialização destes produtos através de feiras-livres;
- incentivo às hortas urbanas.

**Sobre a arborização urbana:** Preocupa-nos o tratamento que as árvores vêm recebendo do poder público, nesta cidade. Tratadas como obstáculos a serem removidos, elas não são percebidas como elemento fundamental ao equilíbrio da vida urbana, cujos impactos de natureza psicossocial e ambiental devem ser ampliados por suas características essencialmente positivas. Esta preocupação se estende aos desertos da zona norte, à degradação das praças, às amputações realizadas pela CEE e à mitologia de reposições, tão alardeada pela atual administração.

O Esvaziamento da SMAM e a inexistência de ações para conscientização da população são parte do problema a ser enfrentado.

Neste sentido, reivindicamos:

---

- 
- Um programa de ação a ser articulado com a sociedade e com os diferentes entes públicos, em visão de longo prazo, a ser iniciado de forma imediata. Este programa deve contemplar o planejamento do plantio e do cuidado com as mudas, ao longo de seu desenvolvimento, e deve envolver a população e os empreendedores, que precisarão ser estimulados a participar através de mecanismos formais, ainda que de natureza coercitiva.
  - revisão, qualificação implantação de instrumentos que ampliem a participação popular e a abrangência do Plano Diretor de Arborização Urbana de Porto Alegre
  - realização de zoneamento em todos os morros de Porto Alegre à luz do exemplo do Morro Santa Teresa onde foram identificadas as áreas destinadas para preservação natural, áreas de interesse social e cultural.
  - a contenção do processo de expansão da cidade, preservando o cinturão de preservação ambiental da zona sul com ferramentas já consolidadas em complementação técnica ao PDDU, como ZEE (Zoneamento Ecológico Econômico);
  - promover centralidades dentro das periferias, agregando mais renda local através do estímulo da cultura local em eventos de produtos de origem local (artefatos manufaturados ou não, alimentos, etc);
  - propiciar a construção de um coletivo que extrapole ações isoladas e pulverizadas, através da criação de fóruns permanentes de debates sobre Educação Ambiental nas escolas municipais e como tema a ser discutido de alguma forma em ações dentro do OP;
  - construir indicadores de monitoramento das ações e, sobretudo, contribuir para a construção de perspectivas inovadoras e aprofundadas de educação ambiental na dimensão das questões sociais e ambientais do município.
  - garantir a preservação plena da Fazenda Arado Velho em Belém Novo, tendo em vista que é patrimônio ambiental, histórico, cultural, arquitetônico, paisagístico e arqueológico não renovável.

- 
- promover e instituir a criação de uma unidade de conservação na área da Fazenda Arado Velho, com acesso público, que desenvolva a preservação e estudo do meio ambiente além de criar espaço cultural para disseminação da riqueza da região e da área da Fazenda (sítio arqueológico, construções históricas, saberes e fazeres ligados ao local).

**Catadores:** O tema da preservação ambiental une a questão dos catadores e da sustentabilidade social. A Lei Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010), conceitua o resíduo reciclável como bem econômico, fator de inclusão social e gerador de renda. O serviço de catação de resíduos tem número no Código Nacional de Ocupações, portanto é uma profissão. E aqui em Porto Alegre a lei municipal que proíbe a circulação dos carrinhos e das carroças retira o meio de trabalho dos catadores, inviabiliza uma profissão, terceiriza a coleta seletiva e, ao terceirizar, traz para esse círculo todos os aspectos negativos do mercado.

Portanto, defendemos:

- A garantia do trabalho dos catadores;
- incentivo à formação para **inclusão dos catadores na cadeia produtiva** da reciclagem e não sua exclusão como ocorre atualmente;
- programa de educação social para separação, a partir das próprias associações;
- incentivo ao associativismo dos catadores;
- programas especiais de saúde, educação, assistência;
- sistema de controle público com garantia de preço mínimo com indicadores precisos para que não fique na mão dos grandes atravessadores;
- cobrança de logística reversa;
- redes regionais que articulem núcleos geradores de resíduo aos núcleos de catadores de resíduos;

- 
- processo colaborativo de substituição dos veículos;
  - auditoria dos serviços de coleta de resíduos sólidos.

**Mobilidade Urbana:** Um dos mais sérios problemas de Porto Alegre é o direito à locomoção. A estrutura das linhas de ônibus é concentrada em uma pequena porção do município e com diversas linhas fazendo trajetos similares, sem atender vias coletoras. Neste sentido, para além das antigas iniciativas das linhas transversais (T) e da construção de alguns corredores de ônibus, quase nada foi realizado. As ciclovias e ciclofaixas são de pequena extensão e sobrepostas à estrutura viária existente, sem planejamento integrado, atual ou futuro. O uso da bicicleta, como meio de transporte alternativo, social e ambientalmente correto, não é bem visto nem pelo poder público, nem pelos defensores do “carrocentrismo”. O Plano Ciclo viário, que remonta cinco anos de existência, prevendo mais de 500 km entre ciclofaixas e ciclovias, parou em 30 km, cuja situação foi corroborada pelo poder municipal, ao se retirar a obrigatoriedade de porcentagem oriunda do recolhimento de infrações dos automóveis. Poucos semáforos possuem sinalização sonora e, muitas vezes, a sinalização visual é falha. As calçadas são estreitas e não comportam a passagem do volume de pedestres, além de possuírem escassa manutenção. Os carros predominam na lógica desenvolvimentista das cidades, ocupando muita área e transportando pouca gente, e, ainda, de custo extremamente elevado, portanto, seletivo de maneira elitista. Por outro lado, faltam alternativas de transporte de massa que conjuguem qualidade e tarifa acessível. Verifica-se através deste complexo cenário, portanto, sérios problemas de mobilidade independente do meio de transporte!

Defendemos:

- Uma concepção de sistema e conceito de investimento e não custo, que permita o monitoramento amplo da população;
-

- 
- monitoramento do efeito da inflação sobre o custo do transporte na vida do trabalhador e não o efeito sobre o setor empresarial. Para isto podem ser utilizados, por exemplo, dados do Observatório do Trabalho (Dieese) e ObservaPoA;
  - melhorias na qualidade dos serviços das empresas de ônibus, incluindo a instalação de ar condicionado em 100% da frota;
  - debate com a população sobre a implementação da Tarifa Zero;
  - implementar o Plano Cicloviário de forma efetiva, sem dependências pontuais de contrapartidas como vem ocorrendo;
  - priorizar a construção de ciclovias e ciclo faixas
  - melhorar as condições das calçadas, semáforos e vias para pedestres

**Orla do Guaíba:** São históricas as tentativas do poder público associado ao capital privado em ocupar a orla do Rio Guaíba. Não bastasse a proposta de construção de espigões na beira rio, no chamado Ponta do Melo, onde se localizava o Estaleiro Só, local impróprio para esse tipo de empreendimento, a PMPA entrega em processo eivado de irregularidades o nosso histórico Cais Mauá à empreendedores que tentam vender a idéia de construir shoppings e espigões em área inundável chamando essa intervenção privada de revitalização. Na verdade, trata-se de um processo de elitização do espaço público.

A concretagem do trecho da Usina do Gasômetro até a Rótula das Cuias, com recursos da Comissão Andina de Fomento, área inundada no ano de 2015, e a possibilidade de construção de espigões no entorno do Beira Rio deixam a população em estado de alerta. Para coroamento dessa política desastrosa que ignora a cidadania portoalegrense, concedem a incorporadoras e construtoras, com mudança na legislação para atender especificamente um empreendedor, o direito de ocupar uma área de densa vegetação e

---

banhados no Bairro Belém Novo, Fazenda Arado Velho, para fins de construção de condomínio de luxo.

Neste sentido, defendemos:

- Amplo acesso da população à toda orla, sem barreiras provocadas por privatização do espaço ou construções;
- que toda intervenção na Orla do Guaíba só ocorra com a efetiva participação da população ou mesmo propostas por ela.

**Cais Mauá:** Como é de conhecimento público, em 2008 foi apresentado um plano de negócios para ocupação da área do Cais Mauá, baseado no modelo de concessão de uso à iniciativa privada, em que esta fica responsável por 100% do investimento para viabilizar o empreendimento e recebe em troca o direito integral de exploração da área por 25 anos, renováveis por mais 25 anos.

De lá até 2016, inúmeras ações do empreendedor em conjunto com o poder público foram realizadas na tentativa de viabilizar o projeto. Por outro lado, a resistência também foi intensa sobretudo em relação às denúncias sobre as irregularidades do processo. A exemplo, em 23 de março de 2015, o Coletivo Cais Mauá de Todos apresentou relatório de denúncias e cópia do abaixo assinado comunitário à Defensoria Pública do Estado (NUDAM/Núcleo de Defesa Ambiental, aos cuidados da doutora Loraina Raquel Scottá): protocolo SPI n.º 1239-3000/15-3. Assunto: 0306 - Denúncia Irregularidades Licitação Cais Mauá. A Defensoria expediu solicitação de explicações aos órgãos Municipais e Estaduais, Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH) e a Casa Civil, bem como ao empreendedor, Porto Cais do Brasil S.A., que também deverá ser inquirido.

Em setembro de 2015, na apresentação do IEA/RIMA o Consórcio Cais Mauá do Brasil explicita a total inviabilidade financeira e insustentabilidade do plano de negócios proposto, resultando em uma brutal transformação da morfologia urbana do Centro

---

---

Histórico, violando nosso direito à memória, à história e à paisagem. E o próximo passo, já autorizado pela Prefeitura em 2016, é a demolição do armazém A7.

O que queremos?

- Queremos a rescisão imediata do contrato, seguido da ouvidoria da comunidade de forma sistemática, abrangente e direta para a definição do plano de necessidades;
- concurso público de projetos e nova licitação, fundamentada no Plano Diretor e na execução das obras segundo o modelo definido de exploração e uso em audiências públicas, junto à população;
- licitação bem elaborada, bem conduzida e transparente.

O que faremos?

- Decidimos adotar uma postura de ação - ao invés de resignação - contra a entrega irrestrita pelo poder público à iniciativa privada de um espaço de tamanha importância simbólica e cultural. Entendemos que se trata de um patrimônio comum, de valor inestimável - material e imaterial - uma área que deve manter-se pública e plural, aberta a toda população;
- mobilizados e articulando ações em diferentes esferas, buscamos o envolvimento de todos os setores da sociedade civil nas discussões, com o objetivo imediato de promover a interrupção de qualquer obra em respeito ao princípio da precaução sobre patrimônio público, para impedir a ação irreversível da demolição do armazém A7.

---

## USOS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Temos assistido uma omissão do poder público em manter os espaços públicos, no que tange às questões físicas (corte de vegetação, luz, equipamentos urbanos, limpeza etc.), trazendo insegurança às comunidades próximas, pondo em risco a preservação do lugar como público.

Também é visível a crescente privatização destes espaços, prática muitas vezes facilitada pela própria omissão, e a falta de planejamento urbano, tornando nossa cidade caótica e pondo em risco nosso patrimônio cultural.

A cidade necessita de espaços como praças, locais para esporte e lazer para a população, mas o que se vê é uma falta de desses espaços em comunidades mais pobres, equipamentos públicos sem manutenção e funcionários, como no caso das piscinas públicas e "campinhos" de futebol que não funcionam o ano inteiro (como por exemplo, no Lami).

Há anos vem tramitando o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), ferramenta importantíssima para o planejamento da cidade, mas até hoje, apesar de inúmeras manifestações da sociedade civil, a regulamentação ainda não foi aprovada. Com a aprovação da lei, haverá a normatização de funcionamento de vários empreendimentos, inclusive os noturnos, questão que vem sendo debatida pela sociedade, com ênfase em alguns bairros, como Cidade Baixa e Bom Fim, para exemplificar.

Neste sentido, o grupo reivindica:

- Atenção imediata ao Viaduto Otávio Rocha, ao Centro Histórico e ocupação do patrimônio à noite;
- retomada das obras das Praças do PAC (Lomba do Pinheiro e Restinga), manutenção e implementação de espaços de lazer nos bairros periféricos de Porto Alegre;

- 
- retorno dos “campinhos” de futebol e urbanização nos espaços de lazer das comunidades pobres da capital, como exemplo, a reestruturação do campinho de futebol existente na Vila Gaúcha, no Morro Santa Teresa;
  - aprovar a regulamentação do Estudo de Impacto de Vizinhança.

## **GESTÃO URBANA**

Observamos nos últimos anos várias mudanças no processo de gestão urbana da cidade de Porto Alegre. Sem surpresas, estas mudanças carregam consigo uma guinada na forma de conduzir a cidade tirando o protagonismo do Planejamento Urbano que contempla prazos mais longos de amadurecimento de discussões sobre a cidade e investindo na gestão, pautada por ações imediatas e pontuais privilegiando diretamente grandes investidores. Estas medidas podem ser comprovadas a partir da Reforma Administrativa implementada no ano de 2013 que incluiu mudanças nos setores que tratam de aprovação de projetos, com a criação de secretarias específicas como a secretaria de urbanismo (SMURB), de inovação (InovaPOA), investimentos (InvestPOA) e de tramitação de projetos (EdificaPOA). Todos estes espaços articulados pela Secretaria Municipal de Governança Local e amparados no Programa Municipal de Parcerias Público Privadas, dão suporte para que alguns grupos de investidores que produzem a cidade tenham prioridade de acesso ao setor público. Reconsideração de diretrizes, mudanças no plano diretor como alterações de grupamentos, celeridade na aprovação de projetos e termos de referência junto ao CMDUA são alguns exemplos.

Assim, propomos:

- 
- Amplo debate sobre a composição de comissões existentes em todos os canais por onde tramitam os projetos e onde ocorrem flexibilizações de leis e regras urbanísticas;
  - transparência e acesso à todos os projetos.

Finalmente, destacamos algumas medidas pontuais, consideradas relevantes pela Iª Conferencia Popular da Cidade de Porto Alegre e sobre as quais gostaríamos de conhecer sua posição:

- Defendemos que todos os espaços públicos, principalmente praças e os parques integrados à cidade como Redenção, Harmonia, etc, devem permitir o livre acesso, sem barreiras ou cercamentos.
  - Somos contra qualquer tentativa de criação normativa que limite, impeça ou cerceie a liberdade de manifestação pública ou artística na cidade de Porto Alegre.
  - Defendemos o início imediato de programa, ouvindo a sociedade organizada, que articule ações da área cultural e da área ambiental, a exemplo de roteiros ecológicos pela orla, pelas ilhas e pelos morros.
  - Reivindicamos a elaboração de programa que permita o resgate da paisagem cultural, a valorização do patrimônio histórico e cultural de várias regiões da cidade, através da eliminação de obstáculos visuais como fios, *outdoors*, placas comerciais, etc.
  - Defendemos a valorização e ampliação da Rota de Pedestres para outras regiões da cidade, possibilitando o acesso à orla e aos imóveis tombados e inventariados com respectiva sinalização educativa que possibilite o resgate da memória.
  - Defendemos a prática continuada de sessões de cinema, teatro e aulas públicas nas praças, pelo acesso livre à internete em áreas de convívio urbano (parques, praças e regiões da orla, especialmente).
  - As noites do Centro Histórico devem ser momentos e local de acolher as pessoas para o lazer e entretenimento. A Rua Dos Andradas, da Caldas Jr até a General Bento Martins, que já é um embrião disso, deve sofrer melhorias para melhor
-

---

acolher os frequentadores. Propomos aumento da largura das calçadas e a restrição de trânsito de carros particulares.

- Propomos o início imediato, pela região do centro histórico e pelas áreas de expansão das redes de cabos aéreos, de substituição das mesmas por redes subterrâneas. Possibilidade de estabelecer programa de longo prazo para substituição de toda a rede de cabeamento aéreo, na cidade de porto alegre, bem como pelo plantio de árvores nos locais onde hoje existem postes de sustentação das redes, mantendo as bases de luminárias e respeitando o planejamento da rede de iluminação.
- A situação de 2015 da Rede Municipal de Ensino registrava que somente 34,5% das crianças e adolescentes estavam matriculadas no ensino fundamental com atendimento em tempo integral. Isso é muito pouco. Sendo assim, propomos o debate sobre a possibilidade das escolas municipais atuarem com turno integral, implementando no turno inverso atividades artísticas e esportivas, com oficinas sobre cidadania, meio-ambiente e também atendendo as necessidades de aprendizagem específicas. A escola deve ser valorizada como um equipamento público integrador da comunidade.

---

## **COLETIVO A CIDADE QUE QUEREMOS**

ALICE – Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação

Associação Comunitária do Centro Histórico

Associação dos Moradores do Bairro Bom Jesus

Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural-AGAPAN

Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Local Porto Alegre

Associação Pela Mobilidade Urbana em Bicicleta-MOBICIDADE

Associação de Reciclagem Ecológica Vila dos Papeleiros-AREVIPA

Centro Comunitário de Desenvolvimento da Tristeza, Pedra Redonda, Vila Conceição e Vila Assunção – CCD

Fórum Ambiental

Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB/RS

Minha Porto Alegre

Movimento Cais Mauá de Todos

Movimento Chega de Demolir Porto Alegre

Movimento de Defesa da Orla do Rio Guaíba

Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) – RS

Movimento Franciscariano da Diocese Meridional de Porto Alegre (Facebook)

Movimento Gaúcho de Defesa do Meio Ambiente-MOGDEMA (Facebook)

Movimento Preserva Belém Novo

Movimento Viva Guaíba

Observatório das Metrôpoles – Núcleo Porto Alegre

ONG Solidarietà

Diversas cidadãs e cidadãos de Porto Alegre

---